

A lama eleitoral argentina



Por **EMILIO CAFASSI***

Enquanto a política se dissolve em espetáculo e a crueldade vira virtude, resta uma pergunta: quando o palco desmoronará sob o peso de sua própria farsa? A Argentina já conhece o roteiro – só falta decidir se o próximo ato será tragédia ou revolução

As máscaras mudam, mas o palco permanece o mesmo. Não importa quantos rostos se revezem no palco ou quão frenético seja o roteiro, o drama político argentino persevera em uma forma de representação que vem minando seu conteúdo há décadas, expondo uma estrutura vazia, ainda que repleta de resíduos, lama e memória podre. Mesmo antes de entrar em cena, já se pode pressentir por trás da cortina carcomida que ainda tenta cobrir o vão de uma cozinha infestada de vermes.

Daquela democracia alfonsinista, que buscou refundar a república após o horror do terrorismo de Estado, resta apenas uma simulação com pretensões de *reality show*. Não se trata de uma exegese paranoica, mas de uma constatação tão empírica quanto dolorosa: durante décadas, as campanhas eleitorais foram organizadas mais pelas regras da audiência do que pelas do debate programático. As candidaturas não surgem mais do conflito social, mas da televisão, do horário nobre e de seus roteiristas.

O teatro da democracia espectral

Se a agora já foi o coração pulsante da política, hoje seu lugar foi ocupado pelo estúdio de streaming. Não mais forjada no calor da práxis militante ou na forja da disputa ideológica, a liderança agora é editada em pós-produção, sob luzes de LED e filtros digitais. Não se trata de convencer, mas de cativar; não de representar, mas de personificar. Essa estetização da política como mercadoria cultural transformou o eleitor em espectador passivo e o líder em performer efêmero.

Percebemos isso logo no início, com a ascensão de Marcelo Tinelli como o grande eleitor extraoficial, quando seus programas deixaram de ser mero entretenimento vulgar e se tornaram a plataforma de validação simbólica dos candidatos à presidência. Lá, os principais candidatos do país dançaram, brincaram e se entregaram à encenação, para uma comédia nacional cujo roteiro ninguém mais se dá ao trabalho de escrever.

O que então chamamos de “tinelliização” da política foi apenas o prólogo de um processo mais profundo: a colonização do espetáculo na esfera pública. Hoje, o próprio Marcelo Tinelli desapareceu de cena, substituído por *reality shows* ainda mais grotescos e precários, como se a farsa tivesse esgotado até suas melhores caricaturas.

Mas não se trata apenas de forma. O conteúdo também foi reduzido a slogans sentimentais, lágrimas induzidas, agressões irrepetíveis ou apelos piegas à “nobreza do coração”. A ideologia foi substituída pela anedota, o programa de governo pelo casal midiático, o compromisso pelas lágrimas fáceis. A “extimidade” – aquele conceito que a sociologia tomou emprestado da psicanálise e que Sibília reaproveitou para nomear a obscena demonstração de intimidade – tornou-se um passaporte para a visibilidade pública.

Os candidatos não são mais obrigados a governar, mas a comover as pessoas. São obrigados a chorar, abraçar, insultar, rezar diante das câmeras e se expor em seus quartos como se fossem influenciadores de uma república que não influencia mais ninguém, exceto em seu declínio.

Complementando essa lógica, está a velha e sempre renovada prática da “borocotização”, essa transferência ideológica sem água nem vinho, apenas um eco do que antes era substância, que transforma o sistema político em um rio sem canal nem margem. O deputado que se transforma em outro partido antes de assumir o cargo, o favorito que muda de camisa de acordo com as pesquisas, o operador que ontem montou listas para um cargo e hoje proclama princípios opostos com a mesma ênfase artificial.

Como alertamos na época, isso não é um acidente, mas sim o sintoma estrutural de uma democracia fiduciária, na qual a fé momentânea é mais valorizada do que a coerência política, na qual o vínculo entre representado e representante não se baseia em programas ou mandatos, mas em um cheque em branco assinado entre a ingenuidade e o desencanto.

A deserção não escandaliza mais ninguém, pois é apenas uma admissão tácita de que nenhum princípio rege o movimento desses corpos no conselho: apenas oportunidade, cálculo, conveniência e um pragmatismo sem alma que ninguém mais consegue esconder.

Nesse contexto, as “candidaturas simbólicas” já foram apresentadas como o ápice irônico de uma deriva sem retorno. E permaneceram. Líderes que se entregaram ao jogo eleitoral sem a menor intenção de assumir o papel que invocavam, meramente como isca para atrair votos ou polir listas alheias com seu brilho alugado, apegados às suas cadeiras executivas ou às suas rotinas de *showbiz*.

Era a política rebaixada a mera marca eleitoral, usada como isca para os incautos. A verdade de seu papel já estava declarada em seu rótulo: testemunhar, não representar; aparecer, não agir; aparecer, não transformar. Não era sequer escondido, mas sim afirmado descaradamente, como se admitir a farsa a tornasse tolerável.

Mas o que descrevíamos em artigos antigos como sintomas de decadência institucional tornou-se uma paisagem naturalizada, um pano de fundo fixo, indiferente e resignado. O que era alarmante ontem é rotina hoje. O *showbiz* não é mais uma exceção frívola, mas a tendência dominante. A “*boroquoting*”, mais do que uma anomalia, é o modo habitual de circulação do poder. E candidaturas simbólicas – ou seus equivalentes renovados – estão sendo relançadas sem dissimulação, como se a fuga ao comando concedesse mais louros do que o compromisso de exercê-lo.

Em tempos em que a simulação não se esconde, mas se exhibe como uma virtude, vale a pena perguntar se “Téspis”, o primeiro ator grego, não retornou com uma nova roupagem para protagonizar esta tragédia política pós-moderna. Porque se “Hypokrités”, o ator que inaugurou a arte de encarnar o que não se é, o político midiático contemporâneo é seu herdeiro perfeito: ele não mais desempenha um papel, mas se molda às necessidades do espectador. E neste jogo de espelhos invertidos, a democracia, estruturalmente nebulosa, torna-se uma névoa espessa, uma nostalgia carregada de um passado irrepetível.

A distopia argentina não exige futuro: é ensaiada diariamente no horário nobre. É encenada no presente. E nesta nova temporada eleitoral, em que o calendário se tornou grade de programação televisiva, as eleições de Buenos Aires configuram-se como o episódio mais explosivo desta saga em que o Estado se torna espetáculo, a violência é valorizada como liderança e o marketing se posiciona como destino.

Nesse contexto, a coreografia grotesca da “borocotização”, da “tinilitização” e das “candidaturas simbólicas” – antes sintomas – transformou-se em métodos, táticas de uma máquina política que fez do cinismo seu catecismo e do excesso sua assinatura.

O simulacro vira protocolo

a terra é redonda

Não é por acaso que o epicentro deste drama eleitoral é a província de Buenos Aires, berço do peronismo e janela estilhaçada para as suas contradições mais agudas. Ali, trava-se não apenas uma luta pelo poder territorial, mas uma guerra simbólica: entre a pobreza estrutural e a motosserra redentora, entre o fetiche punitivo da segurança e a pregação ultraliberal disfarçada de exorcismo econômico.

Onde o peronismo outrora organizou o voto popular, *La Libertad Avanza*, de Javier Milei, agora ensaia o seu ataque, com uma estratégia tão eclética quanto implacável: policiais transformados em candidatos, pastores transformados em chefes políticos e arautos do ódio disfarçados de cruzados libertários.

No coração dos subúrbios do sul, terra de chaminés silenciosas e promessas abandonadas, Javier Milei não propõe reconstrução, mas libertação. Javier Milei não propõe reconstrução, mas libertação. Mas sua ideia de liberdade cheira a expurgo, não a emancipação: o inimigo são os pobres, domesticados pelos direitos sociais, transformados em zumbis pela “seita Kuka”, transfigurados, em última análise, em um “parasita mental” que ameaça o corpo saudável da nação.

Seu discurso não visa à esperança, mas à extinção do adversário. “Se vencermos a província de Buenos Aires, teremos colocado o último prego no caixão do kirchnerismo”, declarou sem eufemismo. A urna, assim, torna-se um sudário.

E para enterrar o inimigo simbólico, os coveiros escolhidos são figuras cuidadosamente roteirizadas, guiadas por uma estética do horror. Na terceira seção eleitoral – território historicamente peronista – *La Libertad Avanza*, o partido de Javier Milei, não nomeou um líder social, um economista ou mesmo alguém de fora de qualquer setor produtivo. Elegeu um comissário de polícia: Maximiliano Bondarenko, emergido do sedimento obscuro da força policial da província de Buenos Aires, uma instituição cuja história de repressão, corrupção e conluio com o crime dispensa prólogo.

Nada melhor, ao que parece, do que confrontar a insegurança com sua própria sombra e oferecer como novidade o retorno do homem uniformizado como arquétipo de ordem, virilidade e salvação diante do caos.

À sua frente, Verónica Magario, atual vice-governadora com mandato até 2027, encarna a caricatura perfeita do dispositivo testemunhal: uma candidata que não assume o cargo, um rosto que não se mexe, uma piscadela que finge presença sem compromisso. Uma candidatura para somar votos sem governar, para aparecer sem responder. Completa-se assim o paradoxo de uma eleição em que se compete sem ocupar o cargo, em que se promete punir sem governar e se governa sem aparecer.

Enquanto isso, os comissários almoçam com os candidatos, os policiais caem em desgraça por posar com eles, como se uma *selfie* valesse mais que um registro criminal, e a polícia – em vez de vigiar a urna – se torna protagonista da disputa.

Mas o cimento que une essa lama eleitoral não é apenas policiamento ou testemunho. É também evangélico. A campanha é pregação. É unção. É santificação. Javier Milei, sua irmã Karina e os descendentes do menemismo compreenderam que, nos subúrbios onde a fé é o último refúgio, o púlpito substitui a unidade básica. Onde o Estado recuou, a igreja permanece o único farol.

E “A Liberdade Avança” não apenas avança: ela se infiltra com pastores como indicadores, orações como slogans e exorcismos como comícios de campanha. O velho slogan do neoliberalismo dos anos 1990 (“Reduzir o Estado é ampliar a Nação”) encontra aqui sua versão mística: “Reduzir o Estado é libertar a alma”. Da batalha cultural à cruzada espiritual: a política como rito de salvação e punição.

E enquanto Karina Milei, a esfinge que administra o cetro nos bastidores, trocando ministros, disciplinando listas e até substituindo o vice-presidente em eventos protocolares, seu irmão parece suavizar o tom com uma pantomima de moderação: ele promete parar de insultar. Diz que agora discutirá “ideias”, não “formas”, como se as formas já não fossem o conteúdo mais feroz de sua práxis política, numa retórica que normalizou mais de 4.000 insultos em um ano, segundo o jornal aristocrático e agora quase escandalizado *La Nación*, e que opera sobre a população como uma escavadeira

semântica que destrói todas as pontes de diálogo possíveis.

Insultos, para Javier Milei, não são uma diversão: são um programa. Desqualificação não é um desabafo: é um método. A proximidade verbal é sua maneira de substituir a falta de mediação institucional pelo contato direto, afetivo e brutal com seu público. Não é barulho: é uma partitura.

Enquanto suntuosos banquetes são oferecidos no bairro nobre de Puerto Madero para os adeptos do ajuste, panfletos e *Bíblías* são distribuídos nos subúrbios. A motosserra e a cruz avançam em procissão ímpia. Nesta cruzada pós-moderna, Javier Milei não se contenta com a vitória eleitoral: ela almeja o extermínio cultural de seus adversários. Ele o disse sem hesitar: quer tingir o país de violeta. E se a história não lhe entregar o roteiro, ela o arrebatará com insultos, pastores, comissários de polícia e os balões que Mauricio Macri não consegue mais inflar.

Tudo isso acontece enquanto, em salas seguras frequentadas por um PRO (Partido Republicano) esfarrapado, listas são finalizadas e pactos são assinados em guardanapos manchados de urgência. Territórios são distribuídos como espólios de uma guerra sem glória nem bandeiras, e assentos são negociados ao ritmo do algoritmo e da votação expressa. Cada nome anotado é mais uma peça frágil na geometria do poder.

Cada aliança é um reconhecimento tácito de que sem partido não há mecanismo, mas sem espetáculo não há fogo sagrado. Em jogo, simultaneamente, está o controle do Congresso, a sobrevivência espectral do kirchnerismo e a hegemonia de um modelo que abandonou a persuasão para se dedicar à chibata.

Da raiva à aporofobia: o sistema em sua fase obscena

Há decisões políticas que parecem tomadas em um laboratório de crueldade: multar em somas astronômicas quem vasculha o lixo em busca de pão ou abrigo é uma delas. Jorge Macri, primo do ex-presidente de direita agora pisoteado por Javier Milei e sua porta-voz Laura Alonso, encontrou na pobreza o bode expiatório perfeito: transformar a fome em crime e os famintos em inimigos da ordem urbana.

“Multa de até 900 mil dólares (cerca de 650 dólares) se você gosta de vasculhar o lixo”, gabou-se Laura Alonso nas redes sociais, como se a falta de moradia fosse um esporte exótico para aventureiros, e não a consequência inevitável de um sistema que segrega e devora. A obscenidade é tamanha que, enquanto as chapas do partido PRO se acumulam nas sombras em meio a ambições contraditórias e pactos indizíveis, o gesto final daqueles que mal sobrevivem às tempestades da história é criminalizado.

Esta cena não é uma excentricidade, mas sim um sintoma feroz do clima emocional. Onde a dor e a decepção deveriam fomentar um laço de solidariedade, cultiva-se o ódio contra os pobres, contra os diferentes, contra aqueles que encarnam a ferida social. A extrema direita capitaliza essa raiva, transformando-a em combustível eleitoral: direcionando-a para imigrantes, movimentos sociais, catadores de papelão, etc. O PRO, na tentativa de competir com *La Libertad Avanza*, decide remexer no mesmo lixo simbólico do autoritarismo para mendigar votos entre os restos do autoritarismo. Como gracejou o ex-ministro de Mauricio Macri, Pablo Avelluto: “O PRO remexendo no lixo do fascismo em busca de dois deputados.”

O mais perturbador não é a medida em si, mas o cenário que a cerca: uma cidade que investe fortunas em contêineres “à prova de vandalismo” e designa policiais para vigiar o lixo, enquanto milhares de famílias sobrevivem com o que o sistema descarta. Há uma estética de limpeza compulsiva, da cidade vitrificada, que transforma a fome em crime e a falta de moradia em espetáculo.

Não se trata de um gesto isolado, mas da versão municipal da doutrina nacional do desprezo. Javier Milei chama aqueles que defendem direitos sociais de “parasitas mentais”; Mauricio Macri multa aqueles que buscam restos. É o mesmo roteiro: degradar para disciplinar. O governo é governado por marionetes enquanto o dólar dispara, a pobreza se

multiplica e o debate gira – obscenamente – em torno de quantos insultos o presidente proferiu esta semana.

Enquanto isso, a raiva atua como combustível para o motor político da extrema direita: aumenta a audiência, mobiliza cliques, acende paixões passageiras e constrói comunidades instantâneas. Mas é uma comunidade construída na lama da hostilidade, unida não por sonhos compartilhados, mas pelo prazer sádico de ver o outro humilhado.

O sucesso da extrema direita talvez resida em sua maestria em operar com emoções – raiva, medo, ressentimento – enquanto as forças hegemônicas se perdem em diagnósticos macroeconômicos incapazes de sequer tocar a pele sensível das subjetividades reais. Se a esquerda não compreender essas paisagens emocionais, continuará a falar uma linguagem que não mobiliza ninguém. Permanecerá simbólica, embora, ao contrário de todos os outros, conquiste os pouquíssimos assentos que conquistar.

A obscenidade de multar quem vasculha o lixo deveria soar todas as sirenes éticas da consciência coletiva. Não é apenas um gesto aporofóbico; é o sintoma de um poder que deixou de perceber a humanidade nas margens. Em última análise, a mensagem é clara: “Se você está fora do mercado, está fora da cidade, fora da *pólis*, fora da vida”. A pobreza é punida não para erradicá-la, mas para torná-la invisível, para que não manche a decoração gourmet de Puerto Madero ou corrija os sorrisos *photoshopados* das campanhas.

O cinismo é tão generalizado que não é mais surpreendente ver Javier Milei prometendo moderar seus insultos para “discutir ideias”, enquanto equipara a justiça social a um vírus mental. É a mesma lógica que inspira o PRO: se o inimigo é “sujo”, ele é desinfetado; se os pobres são um incômodo, são expulsos e multados. Uma política higiênica para tempos de barbárie.

A política argentina caminha à beira de um precipício, e abaixo dela não há rede de segurança, apenas um atoleiro. A raiva deixou de ser um sintoma e se tornou uma estratégia, e a crueldade se tornou uma virtude eleitoral. Enquanto os poderosos aprimoram sua engenharia de punição, a democracia se torna um ritual vazio, uma careta cínica diante de um corpo sem vida. E quando a humilhação dos fracos é celebrada como uma ordem, a história já começou a ser escrita em letras escuras.

Mas há resistência, ainda que dispersa e ainda frágil. Ruas repletas de corpos que se recusam a ser condenados, faixas que desafiam a repressão, cânticos que se elevam em meio a gás lacrimogêneo e cassetetes. Não são números, mas limiares: onde o cansaço deixa de ser sussurro e se torna grito.

Enquanto o poder multiplica suas máscaras, os silêncios também crescem como forma de rebelião. Absenteísmo, votos em branco e votos nulos não serão apenas gestos de indiferença, mas sinais de uma ruptura iminente. Como em 2001, quando o estopim foi aceso na solidão das urnas vazias e explodiu meses depois nas ruas lotadas exigindo “fora todos”, hoje também o prelúdio do impensável pode estar incubando nesse vazio. Porque se algo é tão inevitável quanto o colapso, é justamente a insurreição.

A única coisa que ainda não sabemos é quando e com que cara ele vai explodir.

***Emilio Cafassi** é professor sênior de sociologia na Universidade de Buenos Aires.

Tradução: **Artur Scavone**.